

ANEXO V - MINISTÉRIO PÚBLICO

Instruções:

-As perguntas buscam diagnosticar a integração entre os órgãos da execução penal e a situação do sistema prisional.

-Caso algum item não se aplique ao contexto do estado ou caso não seja possível responde-lo objetivamente, deixe o item em branco e informe sobre a impossibilidade de resposta no campo aberto, ou escreva 'Não se aplica' ao lado do item.

- Esse questionário deve ser preenchido e entregue ao Tribunal de Contas do Estado nas duas formas:

1 – Em formato digital: Word

2 – Impresso em papel com as assinaturas dos responsáveis pelo preenchimento e com a data do preenchimento.

Perguntas:

1. De modo geral, há alinhamento transorganizacional entre os órgãos estaduais participantes da execução penal (Poder Executivo, Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público)?

Explicação do quesito: marcar 'não' caso considere existir atritos consideráveis decorrentes da atuação de um ou mais órgãos que prejudique a atuação de outro

Sim

Não

2. A audiência de custódia foi implantada no estado?

Sim

Não

3. Com relação ao sistema de execução penal do estado, existe no estado regulamentação específica (legal ou infralegal) quanto a:

Medidas alternativas à prisão

Em caso positivo, especificar normativos (órgão regulamentador, numeração e data do diploma):

COMENTÁRIO

Monitoração eletrônica de pessoas

Em caso positivo, especificar normativos (órgão regulamentador, numeração e data do diploma):

COMENTÁRIO

Audiência de custódia

Em caso positivo, especificar normativos (órgão regulamentador, numeração e data do diploma):

COMENTÁRIO

Outros (especificar):

COMENTÁRIO

4. O Ministério Público leva em consideração a situação do sistema de execução penal do estado ao formalizar denúncias?

Sim

Não

5. O Ministério Público leva em consideração a situação do sistema de execução penal do estado ao manifestar-se a respeito da determinação de prisão preventiva?

Sim

Não

6. Há orientação no âmbito interno ao Ministério Público estadual quanto à adoção de medidas diversas da prisão?

Sim

Não

7. Há orientação no âmbito interno ao Ministério Público estadual quanto à adoção de medidas diversas da prisão?

Sim

Não

8. O Ministério Público leva em consideração a situação das unidades prisionais ao manifestar-se a respeito de concessão de benefícios e/ou progressão de regime?

Sim

Não

9. O Ministério Público tem acesso completo a informações do sistema prisional estadual?

Explicação do quesito: entende-se por completo o acesso às informações de lotação, disponibilidade de vagas por regime e da condição de infraestrutura das unidades prisionais

Sim

Não

10. Em caso de resposta positiva ao item anterior, como o Ministério Público obtém essas informações?

Por meio de acesso a sistema informatizado do Poder Executivo

Por meio de acesso a sistema informatizado do Poder Judiciário

- Por meio de sistema próprio de alimentação própria
- Por meio de requerimento ao Poder Executivo
- Por iniciativa do Poder Executivo (remessa periódica ao Ministério Público)

Outras (especificar):

COMENTÁRIO

11. Caso o Ministério Público não tenha acesso completo às informações, quais o órgão desconhece?

- Lotação máxima das unidades prisionais
- Ocupação das unidades prisionais
- Disponibilidade de vagas de acordo com cada regime de cumprimento de pena
- Condição de infraestrutura das unidades

Outras (especificar):

12. Informe quantas vistorias ou fiscalizações o Ministério Público estadual realizou em estabelecimentos penais nos últimos 2 anos, assim como quais estabelecimentos foram visitados:

COMENTÁRIO

Com relação ao Poder Executivo, responda às perguntas seguintes:

13. O Ministério Público é ouvido pelo Poder Executivo no planejamento de políticas relativas à execução penal no estado, de forma a apresentar oportunidades de melhoria no sistema de execução penal?

- Sim
- Não

14. O Ministério Público estadual realizou recomendação ou orientação ao Poder Executivo quanto às medidas alternativas à prisão

- Sim
- Não

Em caso positivo, especificar seu teor:

COMENTÁRIO

15. O Ministério Público realizou recomendação ou orientação ao Poder Executivo quanto à monitoração eletrônica de pessoas?

- Sim

Não

Em caso positivo, especificar seu teor:

COMENTÁRIO

Com relação ao Poder Judiciário, responda às perguntas seguintes:

16. O Poder Judiciário leva em consideração a situação do sistema de execução penal do estado no sentenciamento de indivíduos?

Sim

Não

17. O Poder Judiciário leva em consideração a situação do sistema de execução penal do estado na determinação da prisão preventiva?

Sim

Não

18. O Poder Judiciário leva em consideração a situação das unidades prisionais para concessão de benefícios e/ou progressão de regime?

Sim

Não

19. O Poder Judiciário tem acesso completo a informações do sistema prisional estadual?

Explicação do quesito: entende-se por completo o acesso às informações de lotação, disponibilidade de vagas por regime e da condição de infraestrutura das unidades prisionais

Sim

Não

20. Em caso de resposta positiva ao item anterior, como o Poder Judiciário obtém essas informações?

Por meio de acesso a sistema informatizado do Poder Executivo

Por meio de sistema próprio alimentado pelo Poder Executivo

Por meio de sistema próprio de alimentação própria

Por meio de requerimento ao Poder Executivo

Por iniciativa do Poder Executivo (remessa periódica ao Poder Judiciário)

Outras (especificar):

COMENTÁRIO

21. Caso o Poder Judiciário não tenha acesso completo às informações, quais o órgão desconhece?

Lotação máxima das unidades prisionais

- Ocupação das unidades prisionais
- Disponibilidade de vagas de acordo com cada regime de cumprimento de pena
- Condição de infraestrutura das unidades
- Disponibilidade tornozeleira eletrônica para monitoração de pessoas

Outras (especificar):

COMENTÁRIO

22. Descreva a atuação do Poder Judiciário do estado, podendo utilizar como parâmetro os pontos abaixo:

- a) oportunidades de melhoria identificadas na atuação do órgão;*
- b) outras formas de interação do Ministério Público com o Poder Judiciário; e*
- c) outras atividades importantes desempenhadas pelo Poder Judiciário relativas à execução penal.*

COMENTÁRIO

Com relação à Defensoria Pública, responda às perguntas seguintes:

23. Os presos do estado têm acesso satisfatório à Defensoria Pública?

Explicação do quesito: por satisfatório se entende acesso integral, gratuito e de fácil acesso

- Sim
- Não

24. Como ocorre o contato do preso com a Defensoria Pública?

Explicação do quesito: marcar todas as opções que consistam em canais de acesso do preso à Defensoria Pública

- Por intermédio do apoio provido pela unidade prisional (apoio jurídico ou administrativo aos custodiados)
- Por nomeação de defensor público pelo juiz
- Por meio de contato telefônico disponibilizado pela Defensoria Pública aos presos
- Por meio de visitas e/ou atendimentos presenciais dos defensores públicos nas unidades prisionais
- Por meio da família do preso, que procura a Defensoria Pública
- Por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) ou de órgão equivalente, que recebe a demanda de assistência jurídica e oficia a Defensoria Pública

Outros (especificar):

COMENTÁRIO

25. A Defensoria Pública obtém informações e dados relativos à execução penal para subsidiar sua atuação?

Explicação do quesito: dados que permitam à Defensoria identificar pessoas que necessitam de apoio jurídico e atuar na defesa dos seus direitos, de forma a fiscalizar o adequado cumprimento da pena (término da duração da sentença, datas de concessão de benefícios, local de cumprimento da pena, cadastro do preso etc.)

Sim

Não

26. Em caso de resposta afirmativa ao item anterior, como a Defensoria Pública obtém acesso às informações:

Por requerimento ao Poder Judiciário (ofício, email, processual ou outro)

Por iniciativa do Poder Judiciário (ofício ou email)

Por meio do acesso a sistema informatizado do Poder Judiciário

Por meio de acesso a sistema do Ministério Público

Por requerimento às unidades prisionais

Por iniciativa das unidades prisionais

Por requerimento à Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) ou órgão equivalente

Por iniciativa da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) ou órgão equivalente

Outro (especificar):

COMENTÁRIO

27. Em caso de resposta positiva ao item 23, de quais informações a Defensoria Pública dispõe:

Dados cadastrais dos presos

Informações da pena (regime, duração da pena, data prevista para soltura, data prevista para progressão)

Comportamento do indivíduo

Se o indivíduo possui advogado particular constituído

Local de cumprimento da pena

28. Descreva a atuação da Defensoria Pública do estado, podendo utilizar como parâmetro os pontos abaixo:

a) oportunidades de melhoria identificadas na atuação do órgão;

b) outras formas de interação do Ministério Público com a Defensoria Pública; e

c) outras atividades importantes desempenhadas pela Defensoria Pública relativas à execução penal.

COMENTÁRIO

Data: ____/____/____

Local: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Cargo: _____